

Explorações de lítio obrigadas a uma avaliação ambiental por ano

Caderno de encargos obriga vencedores de futuro concurso a apresentar anualmente plano de intervenção. Governo quer autoridades a fazer monitorização constante dos trabalhos

Minas

Luísa Pinto

As empresas que vão trabalhar na prospecção, extracção e mineração do lítio serão obrigadas a entregar todos os anos às autoridades ambientais um plano de intervenção onde deixem exposto quais as acções que pretendem fazer na área que lhes foi concessionada. Esse plano terá de ser avaliado pelas autoridades antes de ser posto em execução e esta será a forma, segundo o Governo, de garantir um adequado acompanhamento dos trabalhos nas suas mais diversas frentes. A informação foi dada ao PÚBLICO pelo secretário de Estado da Energia, João Galamba, que cita esta premissa, que vai estar incluída no caderno de encargos, como uma garantia de que a monitorização do Estado vai ser constante.

As declarações de João Galamba foram feitas na sequência dos alertas deixados pela associação ambientalista Zero, que questionou a ausência de uma avaliação estratégica ambiental ao plano nacional do lítio. A associação deu como exemplo do que não pode voltar a acontecer o caso das pedreiras, com várias ilegalidades detectadas, ou da mina das Covas do Barroso, contestada pela população local, que se sente arredada de todos os processos de desenvolvimento da mina.

O governante assegura que os receios da Zero não se vão materializar e que o Estado pretende fazer um acompanhamento contínuo ao desenvolvimento dos projectos mineiros nas suas várias fases. “A Zero também estava preocupada que estivéssemos a utilizar uma legislação obsoleta, de 1990, porque essa foi a última a ser regulamentada. Mas mesmo que a legislação de 2015 tivesse a regulamentação feita, ela não iria ser utilizada nos concursos que vamos lançar”, explicou o secretário de Estado da Energia.

Até agora as concessões para prospecção, pesquisa e exploração eram atribuídas por contrato administrativo celebrado entre o Estado (representado pelo Ministério da Economia) e os particulares que tivessem manifestado interesse e oferecessem garantias de idoneidade e capacidade técnica e financeira adequadas à natureza dos trabalhos a executar. A actual lei já dizia que constituía “condição de preferência a apresentação de melhor proposta de realização desta actividade, nos termos da lei e tendo em conta o interesse público”, mas nunca foi feito nenhum concurso público internacional para encontrar essa melhor proposta.

Na sequência da divulgação da estratégia nacional do lítio, e depois de identificadas as 11 áreas de elevado potencial deste minério, e para as quais já existiam mais de 30 pedidos de prospecção e pesquisa, muitos deles em áreas sobrepostas, o Governo anunciou a intenção de avançar com um concurso público, lançado com as regras do Código dos Contratos Públicos (CCP).

É na definição dos termos de referência do que vai ser esse concurso, e das cláusulas que vão integrar o caderno de encargos, que vai constar então a obrigatoriedade de sujeitar o plano de trabalhos a uma avaliação das autoridades ambientais, que vai ser feita em cada uma dessas áreas numa base anual.

“O concessionário terá de apresentar todos os anos as suas intenções, dizer onde vai fazer sondagens, a que profundidade, apresentar planos de lavra, enfim, consoante a fase do projecto, ele dirá o que vai fazer no ano seguinte, e terá de ter a concordância das autoridades ambientais como seja o Instituto da Conservação da Natureza, ou a Agência Portuguesa do Ambiente”, exemplifica João Galamba.

Essa avaliação “dependerá da área em que está inserida a concessão e da fase dos trabalhos a que se



Em Montalegre, contrato de exploração foi assinado na semana passada com a empresa Lusorecursos



O concessionário terá de apresentar todos os anos as suas intenções, dizer onde vai fazer sondagens

João Galamba

Secretário de Estado da Energia

refere o planeamento em causa”, concluiu o secretário de Estado.

Boticas e Montalegre

Fora destas obrigações continuam os projectos de pesquisa e exploração que já estão no terreno, como é o caso da mina de Covas do Barroso, em Boticas, cuja licença é actualmente detida pelos britânicos da Savannah, ou da mina do Romano, em Sepeda, em Montalegre, cujo contrato de exploração foi assinado na semana passada com a empresa de Braga, a Lusorecursos – mais de um ano e meio depois da contenda

judicial com os australianos da Novo Lítio. “Ambas as concessões terão de avançar para uma Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) antes de começarem a fazer a exploração propriamente dita”, assegurou o secretário de Estado.

No caso da Mina do Romano foi assinado na quinta-feira o contrato de exploração com a Lusorecursos por um prazo de 20 anos, podendo haver duas prorrogações de 15 anos por decisão ministerial. De acordo com a Secretaria de Estado do Ambiente, a exploração só se iniciará após a AIA aprovada – o que terá

Fortescue diz que aguarda “com expectativa” o progresso dos vários pedidos de prospecção e pesquisa que fez no país

Gigante do ferro australiano posiciona-se na corrida ao lítio em Portugal

de ocorrer nos próximos dois anos. Até lá, a empresa fará trabalhos suplementares de pesquisa e de preparação para a exploração.

Segundo o plano de negócios da Lusorecursos, a que o PÚBLICO teve acesso, o projecto vai desenvolver-se em várias fases. As melhores previsões apontam para que a exploração arranque em 2020 e que em 2022 já comece a entregar o tão desejado hidróxido de lítio. A exploração da mina será feita a céu aberto, implicará um investimento de 20 milhões de euros e vai criar 100 postos de trabalho.

A parte industrial avançará em duas frentes, sendo que a primeira envolve o que é apelidado de concentrador, onde será feita a separação dos vários minerais que vão sair da exploração. Vai envolver um investimento de 80 milhões de euros e criar 100 postos de trabalho. Na segunda fase avançará a parte da metalurgia, para transformar o carbonato de hidróxido de lítio através de métodos químicos. Vai exigir um investimento de 350 milhões de euros e criar 150 postos de trabalho. O plano da Lusorecursos prevê ainda outros investimentos industriais, como uma fábrica de painéis cerâmicos robotizada, para aproveitar a matéria-prima excedente (com mais 25 milhões de euros e outros 100 empregos).

Numa fase mais avançada, mas igualmente dependente de uma Avaliação de Impacte Ambiental aprovada para iniciar a exploração de lítio, está a mina de Covas do Barroso, agora nas mãos dos britânicos da Savannah (75%) e dos australianos da Slipstream (25%).

A mina de Covas do Barroso existe desde 2006, mas arrancou com exploração de feldspato e quartzo e apenas em 2011 alargou o âmbito para o lítio. A mina tem estado em funcionamento, sobretudo para o abastecimento da indústria cerâmica local, e foi o facto de mudarem os seus accionistas e de alargarem os planos de exploração sem consulta da população que tem indignado os locais e merecido muitos reparos, inclusive do presidente da Câmara de Boticas. Actualmente, a mina do Barroso tem uma concessão válida até 2036, prorrogável por mais 20 anos.

luisa.pinto@publico.pt

É uma empresa relativamente recente no sector – foi fundada em Perth, na Austrália, em 2003 – mas já é um dos gigantes da mineração, sobretudo quando em análise está a extracção e exploração de ferro em todo o mundo. A Fortescue é a quarta maior produtora global de minério de ferro, com uma operação integrada de exploração, mineração e transporte, que engloba a “ferrovia de carga pesada mais rápida do mundo”, um gigantesco porto de cinco ancoradouros de onde saem navios para todo o mundo, com particular frequência para a China. Toda esta operação fica do outro lado do planeta, mas agora no seu radar entrou um pequeno país na ponta Ocidental da Europa.

Nas últimas semanas foram publicados em *Diário da República (DR)* seis avisos a dar conta de que a Fortescue Metals Group Exploration requereu a atribuição “de direitos de prospecção e pesquisa de depósitos minerais de ouro, prata, chumbo, zinco, cobre, lítio, tungsténio, estanho e outros depósitos minerais ferrosos e minerais metálicos associados” em várias áreas do país, no Norte e Centro de Portugal. Os anúncios são para as áreas denominadas “Crueto” (99,1 km², localizados no concelhos de Braga, Barcelos e Vila Verde), “Fojo” (74,7 km², nos concelhos de Melgaço, Monção e Arcos de Valdevez), “Viso” (133,3 km², em Vieira do Minho, Montalegre, Cabeceiras de Bastos, Fafe); “Calvo” (375,2 km², nos concelhos de Almeida, Pinhel e Figueira de Castelo Rodrigo), “Crespo” (189,6 km², em Idanha-a-Nova) e “Nave” (308,5 km², na Guarda, Almeida e Sabugal).

Todo somado, são mais de 1100 km² de área a pesquisar, todos à volta das áreas que foram identificadas como de elevado potencial na estratégia nacional do lítio – e cuja autorização para pesquisa e exploração vai ser definida por concurso público internacional. De acordo com a informação recolhida pelo PÚBLICO junto do gabinete do secretário de Estado da Energia, a área para a qual a Fortescue quer ter autorização para fazer

prospecção e pesquisa vai ser muito maior que a que consta nestes seis pedidos. Na Direcção-Geral de Energia e Geologia foram entregues 22 pedidos de autorização, confirmou João Galamba.

A estratégia enveredada pela Fortescue é clara: quando for lançado o concurso público internacional para entregar a pesquisa e exploração de lítio nas tais 11 áreas identificadas com elevado potencial, o grupo australiano vai responder a essas mas entrará na corrida com mais 22 no bolso, pretendendo conhecer as ocorrências mineralógicas do lítio numa área bem mais vasta do que aquela que o Estado pretende levar a concurso. O Governo disse recentemente que elaborou um concurso de forma a atrair os grandes *players* do sector ainda antes das eleições. Antes destas afirmações, já a Fortescue andava no terreno a reunir com autarcas e a instruir pedidos de prospecção, apurou

o PÚBLICO. Em resumo: quer ter escala para ganhar vantagem na corrida ao lítio português. E uma das fases muito importantes, identificadas na estratégia nacional que foi aprovada, é a necessidade de melhorar a ainda insuficiente caracterização das ocorrências em termos mineralógicos e de cálculo de recursos.

João Galamba já tinha explicado ao PÚBLICO que nada impede que venham a ser vários os operadores a ficar com as áreas de concessão que vão a concurso, mas que este está montado de forma a valorizar as propostas que demonstrem capacidade de assegurar que toda a cadeia fica no território nacional – o minério é extraído em Portugal e é em Portugal que será transformado em carbonato de lítio.

Segundo informações recolhidas pelo PÚBLICO, a Fortescue ainda não publicitou todos os pedidos de pesquisa e prospecção em DR porque está empenhada em conseguir avisar os autarcas e outros *stakeholders* locais sobre as suas intenções.

A relação que tem com as comunidades dos territórios onde pretende trabalhar é considerada pelo grupo como prioritária, mesmo face à licença administrativa que espera obter do Estado – é pelo menos esse o exemplo que publicita, quando aborda a relação que têm com as comunidades aborígenes que habitam junta às três gigantescas minas que opera na Austrália Ocidental.

Em declaração enviada ao PÚBLICO, a Fortescue diz que aguarda “com expectativa” o progresso dos vários pedidos de prospecção e pesquisa que fez em Portugal. “A Fortescue está focada na sustentabilidade de longo prazo do nosso negócio de minério de ferro, na solidez do balanço patrimonial e no retorno aos nossos accionistas, bem como no crescimento e desenvolvimento. Estamos interessados em oportunidades globais de *commodities* que suportem o crescimento da procura por materiais de bateria, incluindo a prospecção de lítio em Portugal”, diz fonte oficial da empresa. L.P.

1100
quilómetros quadrados (km²)
é a extensão de área, já
conhecida, para a qual o grupo
Fortescue já pediu direitos de
prospecção e pesquisa no país



Fortescue é a quarta maior produtora de minério de ferro

Na estratégia nacional do lítio, e identificadas 11 áreas de elevado potencial com 30 pedidos de prospecção e pesquisa, Governo prevê avançar com concurso público

ADRIANO MIRANDA

